

SEGUNDA OPORTUNIDADE PARA ANGOLA

Por John Prendergast e Jessica Bowers
Grupo de Crises Internacionais

A visão/perspectiva para uma paz contínua e recuperação pós-guerra em Angola é favorável. O país está finalmente em posição de realizar um tremendo potencial que as suas riquezas naturais tornam possível. Contudo, a maioria dos desafios humanitários convincentes, criam um impacto directamente na maioria das categorias da população em risco. Se não forem acompanhados adequadamente, podem perpetuar um extremo subdesenvolvimento e desigualdades, bem como lançar sementes de instabilidade futura. O Governo de Angola e a comunidade internacional devem continuar a elaborar estratégias que se dirijam de uma só vez aos assuntos humanitários imediatos enquanto que ao mesmo tempo se edifica a capacidade Angolana para responder aos desafios de desenvolvimento para um período mais longo.

A intersecção está clara entre as necessidades imediatas de emergência dos mais vulneráveis – IDPs, ex-combatentes da UNITA e as populações das antigas bases da UNITA – e os desafios de desenvolvimento a longo prazo enquadram-se no desminagem, na reabilitação e construção de estradas, na produção e comercialização (*marketing*) de alimentos e na reconstrução da capacidade estatal. Se não se prever progresso nessas prioridades, então vai existir potencial para o crime aumentar em curto espaço de tempo, enquanto que a instabilidade localizada – mais provavelmente em forma de grupos errantes/pequenas fracções – podem retornar a longo prazo, especialmente nas bases da UNITA no Planalto Central.

As disparidades envolveram o abismo que existiu historicamente entre as elites na capital, Luanda e o resto país, mas isto é particularmente acentuado nas antigas áreas controladas pela UNITA, habitadas pelo povo Ovimbundu no Planalto. As disparidades étnicas e regionais pronunciadas por Angola foram pioradas/deterioradas pela longa guerra. O país também sofre da distribuição desigual de recursos, concentrada acima de tudo no poder político e numa falta geral de transparência na governação. As populações que se dedicam à agricultura nas áreas que apoiaram mais fortemente a UNITA, são aquelas que estão mais seriamente afectadas pelas políticas económicas que favorecem as áreas urbanas e aquelas que são mais gravemente penalizadas pelas distorções de petróleo induzido. Se não se lidar com essas disparidades, uma oposição mais organizada e estridente/berrante pode, eventualmente, combinar-se em forma de um grupo único, quer seja através da UNITA ou de um outro grupo político. Embora que uma guerra renovada seja difícil de acontecer, uma emergência humanitária crónica está a aprofundar-se no seio das populações deslocadas e dos ex-combatentes desmobilizados – enquanto aumenta a pobreza urbana – que pode criar o contexto para a instabilidade e insatisfação futuras.

POPULAÇÕES EM RISCO

Angola precisará de anos para recuperar dos ataques sistemáticos que eram dirigidos contra alvos civis ao longo de décadas de insurgimento e contra-insurgimento. Acima de um ano desde que terminou a guerra, a taxa de mortalidade continua nos níveis de emergência e existem ainda problemas sociais opressores/alarmantes que precisam de ser atacados. Um terço da população ficou deslocada durante a guerra. 400.000 refugiados ainda permanecem fora das fronteiras de Angola. Enquanto que o Governo estima que 1.8 milhões IDPs tinham regressado às suas áreas

de origem no fim de Março, só 220.000 daquela cifra tinham sido reassentados sob um plano organizado. O fecho das áreas de aquartelamento da UNITA pelo Governo nos finais de Junho causará mais problemas logísticos para os centros de trânsito mal-equipados. Além disso, a vasta maioria de IDP e os regressados refugiados voltaram às áreas inapropriadas para o reassentamento por causa das minas, da ausência de serviços governamentais ou da falta de acesso para as agências de ajuda humanitária. Milhares deles encontraram refúgio em campos de tendas cheios de gente e nos edifícios abandonados por não haver condições de vida sustentáveis nas suas áreas de origem.

A escala do movimento da população concentrada em Angola tem poucos paralelos. Cerca de dois milhões de pessoas têm estado a movimentar de um sítio para outro desde o fim da guerra, incluindo IDPs, ex-combatentes e suas famílias, assim como os refugiados. A maioria procuram chegar nas suas áreas de origem, embora que o nível de afluxos das áreas rurais para as urbanas venha a ser imprevisível. Esses movimentos massivos asseguram/certificam que pelo menos uma emergência humanitária a baixo nível continuará. O que torna as coisas pior é o problema de minas com que se confronta cada família que está a tentar/procurar chegar à zona de origem, bem como a falta total de serviços e administração do governo na maioria das áreas.

IDPs

De acordo com as Nações Unidas, trinta por cento dos IDPs que se tinham reassentado ou tinham regressado às áreas de origem nos finais de Março de 2003, tinham-no feito sem qualquer apoio/ajuda de autoridades locais ou organizações internacionais. A maioria regressou às áreas carecendo de serviços básicos e com risco de insegurança alimentar devido aos inadequados meios/instrumentos agrícolas. Os movimentos de regresso mais significativos ocorreram nas províncias do Huambo (439.292), do Kwanza-Sul (303.426), do Bié (230.640), de Malanje (131.937) e da Huíla (107.613).

Haverá um maior afluxo de refugiados a partir dos estados/países vizinhos. De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, cerca de 120.000 desses refugiados regressaram desde Abril de 2002. Aqueles que permaneceram encontram-se na Zâmbia, Namíbia e República Democrática do Congo e o ritmo de regresso espera-se que venha a aumentar agora que terminou a época da chuva.

Muitos IDPs mantiveram duas residências, uma do lado do retorno onde as famílias construíram abrigos e prepararam a terra e outra moradia nos centros provinciais e municipais onde as famílias receberam assistência. Embora que a maioria daqueles que regressaram para as terras preparadas devido à estação/época de cultivos o tenham feito voluntariamente, os IDPs encorajaram frequentemente o reassentamento por promessas de assistência futura. Em algumas ocasiões, as autoridades tinham ameaçado cortar a ajuda em relação às áreas de acolhimento designadas pelo governo. De acordo com OCHA, apesar da disponibilidade de terra para o cultivo, um número estimado de 400.000 pessoas nunca receberam as sementes e os instrumentos/as ferramentas necessários para a época de cultivos.

A coersão ocasional do governo em relação às comunidades em se movimentarem é uma outra complicação. Em alguns centros falou-se às pessoas deslocadas que fossem às suas áreas de

origem e em muitas alturas os antigos combatentes da UNITA foram forçados a deixarem as áreas de aquartelamento. A falta de coordenação entre o governo e as organizações de ajuda internacional torna as coisas pior e dificulta a capacidade do sistema em responder às necessidades do povo. Esta é uma área em que a coordenação melhorada governo/ONG resultaria numa melhor distribuição do programa.

Ex-Combatentes da UNITA e seus Dependentes

Uma das áreas mais susceptíveis a falha hoje no país é o pesadelo logístico que está sendo criado pelo encerramento em Junho das áreas de aquartelamento que tinham albergado os 480.000 ex-combatentes da UNITA e suas famílias. Ao longo dos próximos 24 meses, organizando e apoiando financeiramente a reintegração dos membros normais da UNITA e seu retorno na vida civil constitui o principal meio pelo qual se deve prevenir a instabilidade futura em Angola. Existem relatórios do aumento de decepção/desapontamento no seio dos antigos rebeldes já que em algumas áreas o apoio de reintegração prometido não se materializa e os outros centros de trânsito não estão equipados para assegurar/albergar um grande número de pessoas que precisam de habitação. Apesar do anúncio de que estavam destinados US\$ 125 milhões para um plano de reintegração de dois anos, o pagamento do governo aos ex-combatentes da UNITA têm sido “irregulares e não-universais”, de acordo com as Nações Unidas e vinte por cento dos antigos combatentes ainda não foram incluídos na folha do pagamento/de subsídios. Os programas de sementes e instrumentos/ferramentas prometidos pelo governo não se materializam em muitas localidades, o que fará com que aproxima-se um outro ano de dependência de ajuda para a maioria dos ex-combatentes. Um alto funcionário/oficial da UNITA alertou:

A maneira como essas pessoas são tratadas determinará a estabilidade ou instabilidade do país. O governo deve ter a vontade de pagar o preço da paz e da estabilidade. Esses homens ainda são militares sem armas/desarmados. Se o governo falha no seu programa de reintegração, tudo na vida tem o seu preço. As causas do conflito social ainda estão vivas.

Um diplomata Ocidental concordou com o seguinte: “Se isso não caminhar bem, vai envolver/colocar o processo de paz e a estabilidade do país em perigo/risco. Mesmo um alto funcionário/oficial do governo admitiu o seguinte: “Se não fizermos isso como deve ser, podemos voltar à guerra.

Os desafios – de segurança, económicos, psicológicos, de capacidade e políticos – são enormes. Os assuntos de terra e de propriedade devem ser resolvidos; deve-se arranjar o transporte de regresso às zonas de origem; as áreas devem estar preparadas para a reintegração e devem-se estabelecer os programas, tanto para aqueles que estão sendo reintegrados, como para as comunidades que estão absorvê-los. Qualquer um desses elementos podia determinar todo um esforço.

Assim, a implementação até aqui tem sido regular. O governo diz que na sua retórica está com a vontade de pagar o preço, mas a evidência nas províncias é de que nenhuma infra-estrutura ainda está no lugar para dar-se início a um processo de reintegração. “Nós não temos experiência nessa matéria e precisamos de ajuda”, disse um funcionário sénior do governo. “Nós temos dinheiro,

mas precisamos de construir programas relevantes”. Um funcionário de uma agência de ajuda humanitária observou o seguinte: “O governo prometeu mundos e céus aos ex-combatentes da UNITA, mas não distribuíram nada de especial”. Um observador militar externo acrescentou:

Conceitualmente, o governo pode falar de um bom jogo, mas a sua capacidade de implementar é mínima e realmente não se importa. As FAA [o Exército Angolano] queriam fazer com que isso corresse bem e lamentaram-se em relação ao governo central por não estar a dar os recursos para fazer com que isso funcione. O governo deu às FAA uma missão impossível sem recursos. Isto é antagonizar a liderança das FAA.

Este é um quebra-cabeça tendo em conta que o governo passou o seu primeiro teste principal da maneira como organizou os campos para os soldados da UNITA serem desmobilizados, embora que houve sérios problemas humanitários em algumas áreas de aquartelamento. Dentro de 90 dias de cessação das hostilidades, as FAA e a UNITA em conjunto tinham construído e aberto as áreas de aquartelamento em todo o país e as FAA estiveram a tentar alimentar 400.000 pessoas. Fazendo uma comparação, em 1994, quando as Nações Unidas estavam à frente do estabelecimento das áreas de aquartelamento, levou-lhes oito meses para estabelecer a primeira área de aquartelamento para 800 pessoas.

A distribuição de kits de reassentamento/reintegração aos antigos combatentes da UNITA foi irregular, complicando assim uma situação já difícil. O primeiro teste, o fornecimento de ‘kits’ de reintegração incluindo os instrumentos/as ferramentas e outras necessidades básicas, falhou quando ficou estropiado o contracto para a obtenção de “kits” e depois dos “kits” terem sido comprados, a falta de capacidade dos governos provinciais em distribuir os “kits” impediu o programa. A maioria dos Angolanos, incluindo os representantes da UNITA não acham que a curto prazo a UNITA regressaria às matas como um corpo organizado de luta/combate. Contudo, eles acreditam que a bandidagem e mais actividade criminal organizada podiam eclodir/desencadear se as necessidades não fossem satisfeitas. (As acções de muitas unidades/bases da UNITA tinham-se tornado pior precisamente neste tipo de actividade um ano antes da morte de Savimbi, à medida que a sua logística se esgotou lentamente). A ameaça de bandidagem podia tornar-se realidade, já que existem ainda muitas armas em circulação entre os ex-militares da UNITA que podem começar a vender as suas próprias espingardas de maneiras a apoiarem as suas famílias. A colocação de minas, também podia ser uma possibilidade.

O fecho pelo governo das áreas de aquartelamento em Junho, movimentará os ex-combatentes e as suas famílias para os centros de trânsito, depositando-so por fim de regresso às suas áreas de origem ou de reassentamento. A maioria dos antigos combatentes tanto não são pagos, como não receberam os tão prometidos “kits”/pacotes de reassentamento (treinamento de habilidades, dinheiro, apoio em matéria agrícola, etc.). De acordo com o Coordenador das Ajudas Humanitárias das Nações Unidas em Angola, Erick de Mul, o “plano foi de reassentar as pessoas e os kits viriam mais tarde... nós estamos ainda a espera que isso aconteça”. Uma pesquisa principal levada a cabo pela Organização Internacional de Migração achou que os desejos dos antigos combatentes eram um pouco simples. Metade tinha lavras antes se juntar a UNITA e queriam regressar ao cultivo do campo. A outra metade queria algum tipo de formação profissional.

A entrada do Banco Mundial na equação constitui a chave em refocalizar/voltar a concentrar a atenção na reintegração. Em Janeiro, o Banco concordou em implementar com o governo um programa multi doador tencionado a mobilizar 167.000 elementos das FAA e de ex-combatentes da UNITA, bem como pagar os benefícios de reintegração para mais de 100.000 deles. A implementação da Estratégia de Apoio Transitório do Banco de US\$125 milhões para providenciar o empréstimo necessário para a estabilidade e reconciliação imediatas pós-guerra, cumpriu-se nos meados de Junho para durar um período de quinze meses. Mais de metade do financiamento é para a reintegração dos ex-militares da UNITA, parte é para o contínuo/permanente Fundo de Acção Social (FAS), enquanto que o resto destina-se para a assistência técnica. Todo o financiamento baseia-se nos critérios de desempenho que o governo terá de satisfazer durante o processo de implementação. Alguns analistas veem isso como uma série de condições económicas alternativas que se colocam em variação com aquelas condições do Fundo Monetário Internacional. Eles acreditam que este tipo de descontinuidade entre os principais doadores, dá avisos/sinais mistos aos Angolanos e enfraquecem a reforma. Os outros argumentam que os funcionários do Banco Mundial tornaram claro ao governo que não haverá prosseguimento nos programas na ausência de um acordo com o FMI e que se não houver resultados no programa actual/corrente eles vão retirar-se. Além disso, o Banco Mundial não vai providenciar assistência em grande escala, por exemplo, em relação aos projectos de infraestruturas, a não ser que tenha havido conformidade com os prazos do FMI. O FMI, por sua vez, abordará a situação actual em Angola na sua reunião do Conselho de Direcção em Julho, mas está ainda à espera de ouvir a resposta sobre a aderência do governo às práticas de transparência e de publicar mais dados correntes/actuais sobre as cifras da dívida externa antes de chegar a qualquer conclusão.

A Comissão do governo sobre a Reintegração Social e Produtiva de Desmobilizados e Deslocados procura assistência internacional para ajudar a transportar os ex-combatentes de regresso às suas áreas de origem e financiar os kits de reintegração. A motivação do governo para o encerramento dos campos é inerentemente político. Alguns veem isso como sendo uma oportunidade para interromper o retorno da ala armada da UNITA e enfraquecer mais a sua coesão organizacional dispersando os restantes ex-militares e distanciando-os cada vez mais da sua liderança. Esses funcionários não querem que as bolsas das bases da UNITA continuem, tanto para a actividade militar futura, ou para prover a subsistência dos quadros da UNITA como um partido político. Savimbi está morto; a liderança militar e política do topo que ficou está em Luanda; o nível de líderes a seguir está grandemente sob controlo nas capitais provinciais, beneficiadores de carros, casas e dinheiro sonante; mas a liderança das massas populares permaneceu nas áreas de aquartelamento com os membros vulgares/normais. Contudo, embora que o antigo sistema hierárquico foi destruído com a morte de Savimbi, o comando e o controlo ainda existem até certo ponto ao nível operacional básico.

Em Luanda, alguns líderes da UNITA – procuram aumentar a sua influência – têm ameaçado implicitamente que se as coisas forem muito mal, os seus inferiores/membros vulgares ameaçarão a estabilidade de Angola. Os outros dizem que isto é impossível. Todavia, mesmo com a deterioração do seu comando e controlo, bem como da sua aderência organizacional mais ampla, alguma liderança no seio do MPLA e os oficiais chave das FAA continuam a acreditar que a UNITA podia agir como uma vara de iluminação para mais insatisfação geral com o governo e

criar a base para a instabilidade futura. Isto dá impressão que o governo não quer tirar quaisquer vantagens e está a dispersar essa população o mais rápido possível.

O governo tem um ponto de vista. Torna-se importante encorajar o retorno dessa população às suas famílias, embora muitos estiveram com as suas famílias nas áreas de aquartelamento e assim estejam pouco interessados para um regresso para uma determinada localidade. O maior erro seria mantê-los juntos e ameaçá-los em grupo. O caso de Moçambique pós-guerra é instrutivo. O insurgimento formal rebelde por parte da RENAMO, constituiu uma ameaça à segurança, mas os seus membros normais/de base foram rapidamente retornados às suas redes familiares e foram empreendidas numerosas iniciativas para apoiar a reconciliação e justiça tradicional ao nível local. Em Angola, esses mecanismos locais de reconciliação e justiça ficaram profundamente comprometidos ao longo dos anos e assim, haverá mais dificuldade de se ressurgir para os propósitos de uma resolução de conflito a longo prazo.

Um outro factor para acompanhar de perto é o grau em que os subalternos da UNITA perdem a sua confiança – e dessa forma perdem a sua lealdade – nos seus superiores em Luanda. Os relatórios dos comandantes que foram na capital e foram recompensados com casas e carros causou descontentamento no meio daqueles que deixaram um pouco de assistência nas áreas de aquartelamento. Os Líderes da UNITA baseados em Luanda, incluindo o General Gato, têm pouca probabilidade de tentarem confrontar militarmente o governo. Contudo, é mais plausível que tendo os oficiais sido deixados nos campos, jamais podem criar pequenos bandos para se engajarem no banditismo na ausência de distribuição de apoio prometido. A possibilidade desse cenário aumenta a proporção para a percepção dos ex-combatentes que o governo não está a abastecer. Isto está muito relacionado com o outro problema, o dos soldados que não compreendem quais são realmente os seus benefícios, que por sua vez levaram um líder da UNITA no centro de Angola a dizer, “Os subalternos da UNITA sentem-se como se o governo estivesse a vigarizá-los”.

O estado psicológico de muitos daqueles que recentemente eram combatentes é preocupante. Durante muitos anos eles viram e foram sujeitos a uma série de horrores. “Estes homens estiveram na mata durante anos e têm sido radicalizados pelas suas experiências de vida”, disse um observador militar. Quando os ex-oficiais foram pagos nas áreas de aquartelamento, algumas vezes resultou em terror de bebedeira/bebedices, aparentemente, a maioria no meio daqueles que estiverem mais tempo na mata. Estabeleceram-se registos/contagens de uma maneira intimidatória. “É uma forma de retribuição social”, disse um funcionário humanitário. “Os elevados níveis de privação social combinados com os níveis extremos de controlo social, incluindo mutilar/aleijar e torturar para assegurar o conformismo, produz maldade interiorizada da violência e dos terrores de guerra”.

Em muitos casos, as populações locais não querem que os ex-militares da UNITA regressem às suas zonas de origem por causa dos abusos que eles cometeram e do receio de que o seu regresso resultaria em violência e banditismo. Muitas das suas residências e propriedades ficaram ocupadas por outras pessoas o que podia gerar um conflito localizado pelo país, à medida que essas populações regressam a casa. Um funcionário da Igreja Angolana, relatou que, “Os Angolanos não estão prontos/preparados para perdoar. Torna-se perigoso trazer os ex-militares de volta às suas zonas de origem. Os conflitos dos regressados serão um grande problema”. Um

funcionário sénior de ajuda humanitária avisou: “Os programas de reintegração que se destinam apenas aos ex-militares da UNITA, tais como aqueles que foram designados pelo Banco Mundial, agravarão esse sentimento e podem acrescentar também um nível adicional de ressentimento e rejeição”. Consequentemente, os programas devem procurar apoiar as comunidades para onde os ex-militares estiverem a regressar, em acréscimo a qualquer assistência directa que eles recebem. As ONGs locais de direitos humanos, a sociedade civil e poucas organizações internacionais começaram a tratar/ir de encontro às dificuldades envolvidas no reassentamento, mas ainda é necessária mais colaboração por parte do governo para que o contexto da reintegração seja um êxito.

Desenvolvimento da Capacidade do Estado

A estabilidade a longo prazo será determinada pelo grau para o qual o estado Angolano, a todos os níveis, possa ser reabilitado. Depois do Governo colonial Português, uma Guerra Fria conduzida pela ideologia Marxista-Leninista e 30 anos de guerra civil pós-colonial, não tem havido virtualmente investimento no desenvolvimento da administração do estado aos níveis nacional, provincial e municipal. A capacidade administrativa é na melhor das hipóteses mínima. Um dos problemas mais imediatos é que muitos trabalhadores do governo não recebem um ordenado normal para viver e nem são pagos com regularidade. Isto força muitos a tomarem os segundos e terceiros empregos, bem como procurar/encontrar reduções das transacções governamentais normais.

A necessidade de se construir uma administração efectiva do estado é imperativa por diversas razões:

- As expectativas para o governo se tornar mais envolvido e mais eficiente na distribuição de serviços sociais vão aumentar. Que Angola tem uma das taxas mais baixas de expectativa/esperança de vida (45 anos) e as taxas de alfabetização para os adultos (45%), bem se situa em 161º lugar, dos 173 países nos indicadores de desenvolvimento humano, tem baixa classificação em termos de urgência com a qual o governo terá de tratar a distribuição de serviços.
- A diferença/separação e as percepções espalhadas da diferença entre os funcionários do governo e os líderes políticos em Luanda e tanto dos funcionários como dos cidadãos normais nas províncias, continua a impedir a consolidação da paz. Isto pode levar também à insatisfação social e à protestos nas áreas rurais – num futuro não muito longínquo – instabilidade elevada e conflito potencial.
- Um dos aspectos mais desafiantes da reconstrução do estado reside nas áreas rurais, onde os ex-combatentes regressam para viver nas aldeias no meio dos cidadãos contra os quem eles recentemente impuseram a guerra. Conforme um membro da sociedade civil colocou este aspecto : “É mais fácil esquecer nas cidades”.

Houve poucos sinais encorajadores. Em algumas províncias o governo começou a pagar os salários regulares para o Ministério da Saúde, o que demonstra que o sistema pode ser posto a funcionar.

O reajustamento regular dos salários em resposta à inflação está também a ocorrer. Um outro exemplo é a forte cooperação que *Halo Trust* afirma que o governo está a providenciar em relação aos seus esforços para a desminagem. Muitos observadores e agências estrangeiras afirmam que as forças armadas (FAA) são um parceiro mais interessado, mais eficaz e melhor equipado em termos de recursos no desenvolvimento do que outros ramos do governo. O Presidente dos Santos está a levar os funcionários-chave do seu Gabinete para todas as regiões para se reunirem com os funcionários provinciais e com as autoridades tradicionais para obter um melhor sentido das necessidades e prioridades fora de Luanda. O pessoal das organizações internacionais e das ONGs activas no país relatam outros tais pequenos avisos/sinais, mas a imagem geral do compromisso do governo para construir a infraestrutura do serviço social e demonstrar a preocupação/o interesse para o bem-estar do povo Angolano permanece sem promessa.

DESENVOLVIMENTO DE INFRAESTRUTURAS

Apesar dos imensos recursos do país, décadas de ataques aos civis e infraestruturas em conjunto com os extremamente elevados gastos militares, deixaram a economia numa falha total. A situação humanitária em Angola melhorou, mas as estatísticas pintam uma imagem de mal qualidade: pertence ao grupo dos 10 por cento dos países menos classificados no índice de desenvolvimento humano das Nações Unidas; desemprego estimado acima de 50%; esperança de vida de 45 anos; mais de metade da população malnutrida e sem acesso à água potável ou às facilidades adequadas de saúde; o Produto Doméstico Grosso per capita está abaixo de 48% ao longo de 25 anos e os gastos militares anuais correspondem a vinte por cento do Produto Doméstico Grosso durante o ano. Além disso, as regiões interiores do país estão ainda afectadas pelas minas, estradas em mau estado de conservação e pontes partidas, tudo isso impedindo o acesso humanitário às áreas mais necessitadas.

Minas e Reabilitação das Estradas

O maior desafio em relação ao reassentamento e uma das crises mais significativas que o país enfrenta é a situação existente das minas deixadas pela guerra. Não depende apenas das mais de quinze milhões de minas plantadas nas estradas, nas áreas de cultivo e nos caminhos/nas picadas de Angola, mas também foram encontrados, pelo menos 76 tipos diferentes fabricados em 22 países. Isto resultou em mais de 70.000 pessoas mutiladas/deficientes físicas – na razão de uma pessoa em cada 415 Angolanos.

Angola é um dos piores lugares no mundo em termos de minas. As explosões durante o ano passado são resultado de vários factores. Esses incluem o número vertical de minas colocadas durante a guerra, o volume elevado do tráfego nas estradas desde o fim das hostilidades em Abril de 2002, a abertura de novas estradas para os retornados e assegurar o tráfego comercial, bem como a estação chuvosa que removeu/retirou o solo e expôs as minas não detonadas/explodidas.

As explosões tiveram um efeito inconfortável naqueles que distribuem os serviços vitais para milhões de pessoas.

Se os incidentes não diminuírem, as operações das agências de ajuda humanitária enfrentarão mais restrições, tanto dando impacto aos fornecimentos para as actuais populações necessitadas, como impedindo as avaliações em relação às distribuições de ajuda humanitária que serão necessárias depois das colheitas. Além disso, tudo isto ameaça o nascente tráfico comercial. Se as agências forem forçadas a cortar a ajuda alimentar, haverá graves repercursões porque a dependência é elevada em certas províncias.

Existem dois grupos de minas: o primeiro grupo é daquelas que foram utilizadas para uma defesa clássica por perímetro das áreas estratégicas; o segundo grupo é daquelas minas colocadas nas estradas para impedir o acesso para e das áreas ou objectivos estratégicos. O risco para os civis é enorme, já que ambas estratégias tinham como objectivo, tanto o de reduzir o movimento dos civis, como o de impedir as forças opositoras.

Ilustrativamente, uma mina anti-tanque não detonada/explodida foi descoberta em Junho numa estrada Angolana que os refugiados oriundos da Zâmbia iriam brevemente precisar para terem o acesso às zonas de origem. A estrada foi imediatamente fechada para os refugiados, as Nações Unidas e o movimento de ajuda humanitária para mais inspecção. Como resultado, o Programa Alimentar Mundial (PAM) teve de mudar de transportação terrestre passando a utilizar os voos cargueiros para distribuir os equipamentos/materiais de repatriamento, com maior ênfase nas actividades orientadas para a recuperação do que nas operações de emergência. Tratou-se de uma mina antiga, mas uma das constantes recordações que as minas continuarão a causar problemas durante os anos vindouros em Angola, especialmente para o grande número de refugiados que estão a regressar e IDPs, bem como para a acessibilidade/o acesso da ajuda humanitária.

A capacidade de desminagem das FAA é fraca. Em termos de relatórios, tem havido ocasiões em que o seu pessoal prematuramente declarava em como uma área estava segura para o regresso dos civis, apenas para deixar uma mina explodir logo de imediato, resultando em casualidades. Isto acontece porque o padrão para a desminagem militar das FAA é muito mais inferior do que o da desminagem das agências humanitárias que procura eliminar todos os estroços de minas a partir de uma determinada localidade, de formas a assegurar uma segurança total para as populações civis. Noutras ocasiões, tanto as FAA, como a UNITA têm sido úteis para as ONGs na identificação de campos de minas.

O Escritório/a Direcção de Acção de Minas do Governo, o Instituto Nacional para a Remoção de Minas e de Artilharia Não-Explodida (INAROE) em termos de relatórios sofre da falta de mandatos próprios, fraca planificação em geral e cooperação entre as organizações-chave, mensagens contraditórias para os doadores e aumentando gradualmente a falta de confinaça ao nível internacional no seu trabalho. Para corrigir isto, o governo estabeleceu a Comissão Inter-Sectorial Nacional sobre a Desminagem e Ajuda/Assistência Humanitária para as Vítimas de Minas (CNIDAH) em 2001. Angola espera restaurar a confiança dos doadores ao longo do tempo, separando claramente as políticas, a coordenação e o angariamento de fundos por um lado e a implementação das actividades de acção de minas, por outro lado.

As infraestruturas estão a decair seriamente. As estradas, muitas das quais são intransitáveis por causa das minas, não têm sido reparadas desde os anos de 1970. Conforme explicou um alto funcionário/membro do governo, *“É difícil imaginar o desenvolvimento económico sem infraestruturas básicas, tais como estradas e pontes. Não conseguimos transportar/escoar os nossos produtos agrícolas para os mercados. O resultado é que estamos altamente dependentes das importações. Precisamos de pré-condições de infraestruturas para criarmos indústrias domésticas competitivas. Essa é a responsabilidade do estado”*. As linhas telefónicas só atingem cinco em cada 1.000 pessoas no país e apenas metade daquela cifra se situa fora de Luanda. Vagarosamente, as estradas e pontes estão sendo reparadas. Uma ponte, na província da Lunda Sul foi recentemente restaurada permitindo os parceiros humanitários voltarem às actividades na área depois de dois meses de paralização.

De uma maneira em geral, uma desminagem mais compreensiva e uma informação reforçada partilhando entre as localidades e o centro, permitiriam fazer com que o processo caminhasse mais rápido em termos exponenciais. Contudo, a capacidade é limitada pela falta de recursos, incluindo a falta de capacidade governamental na desminagem das agências humanitárias. Atacando esses constrangimentos, o processo teria implicações muito positivas para o acesso humanitário, o comércio intra e inter-provincial, o desenvolvimento agrícola e até mesmo o processo político, já que as eleições, provavelmente em 2004 precisarão de maior liberdade de movimentação/mobilidade para ter êxitos.

O Centro de Acção de Pesquisa está a começar a implementar uma Pesquisa de Impacto de Minas (LIS) de Angola, com resultados a serem disponíveis em 2004. A pesquisa envolve CNDHAH, as Agências das Nações Unidas e as ONGs parceiras. Ao visitar a avaliar cada comunidade afectada pelas consequências de minas, a LIS priorizará contínuos esforços de desminagem. Além disso, a Cruz Vermelha de Angola com o apoio da Cruz Vermelha Internacional arrancou com um programa de transmissão de conhecimentos sobre minas no princípio de Junho para reduzir as casualidades causadas pelas minas e outra artilharia não explodida/detonada, bem como providencia assistência aos sobreviventes e às pessoas afectadas pelas minas.

Revitalizar o Sector Agrícola

Produção na Indústria Cafeícola – vencedora da principal exportação de Angola antes do petróleo e empregadora de mais de seis por cento da população – caíu verticalmente das 400.000 toneladas anuais no princípio dos anos de 1970 para cerca de 2.000 toneladas actuais. A produção agrícola no seu todo, caíu de 29 por cento do Produto Doméstico Grosso em 1991 para justamente abaixo de seis por cento em 2000 e o país precisará de importar mais de 725.000 toneladas de cereais em 2003.

Os níveis de malnutrição estão espalhados nas áreas onde as populações foram incapazes de estabelecer a segurança alimentar, incluindo treze localidades de retorno/reassentamento e como resultado, os níveis de vulnerabilidade em Angola permanecem sendo alguns dos mais elevados no mundo. O primeiro relatório quinzenal de OCHA para 2003, afirma que:

Uma grande maioria de refugiados que estão a regressar, IDP e populações ex-combatentes correm o risco de insegurança alimentar devido à falta de materiais agrícolas e uma das necessidades mais pressionantes de momento é a obtenção a tempo de sementes e kites/material pelos retornados, para a próxima época agrícola/de cultivo. Além disso, se as populações forem forçadas a permanecer dependentes da assistência/de ajudas para mais de duas épocas de colheitas, o período transitório de recuperação seria mais longo do que se esperava.

As repercussões de não providenciar as sementes e as ferramentas necessárias afectaram não apenas os modos de vida nutricionais dos regressados, especialmente das crianças, como também a falta de segurança alimentar aumentou a expansão de doença. Se os produtos não forem distribuídos, a ameaça de bandidagem é mais provável de surgir. Além disso, o Programa Alimentar Mundial (PAM), debruçando-se sobre a distribuição de materiais de repatriamento, avisou recentemente que os seus programas de transportação estão criticamente sem financiamento num momento chave no processo de recuperação pós-guerra em Angola.

A diversificação de uma economia em que as contas de petróleo para os 90% de exportações e 80% de taxas de receitas, constitui um pré-requisito para o desenvolvimento e é fundamental para a criação do tipo de crescimento económico que tenha benefícios económicos mais amplos para o povo de Angola. Em coordenação com os seus parceiros internacionais, o governo precisa de formular e priorizar uma estratégia de redução da pobreza – um requisito chave do FMI para qualquer país que empreende ajustes/ajustamentos estruturais. É essencial que haja um plano coordenado para estabelecer o trabalho de terreno para o desenvolvimento que irá beneficiar mais do que apenas o segmento mais rico da população, num país em que a pobreza é endémica e deve ser parte de um esforço maior na preparação para a prometida conferência dos doadores. Dando ao sector agrícola uma maior prioridade, constitui um pré-requisito, não apenas para a recuperação imediata, mas também para a obtenção de benefícios da diversificação a longo prazo. “*A Agricultura é a chave do Desenvolvimento*”, afirmou um Membro do topo da UNITA.

Existem inúmeras perguntas acerca de quem está a receber as principais concessões de terra e para que propósito (fazendas/terras para pastagens, agricultura comercial em grande escala, etc). O processo carece de transparência, apesar do seu centralismo em qualquer estratégia de desenvolvimento económico maior. O governo deve desenvolver uma política de uso da terra equitativa e consistente, equilibrada entre questões agrícolas e de pequenas parcelas de terra/pequenas fazendas. O pessoal do litoral não deve acabar de possuir estereotipadamente a maioria de terra no interior, conforme previu um diplomático céptico: “*No Planalto, as pessoas mestiças do litoral, possuirão a terra do povo Ovimbundo. Nesta situação, residem as sementes do próximo conflito em Angola*”. Um outro assunto é também o facto de que os fazendeiros ou agricultores Angolanos serem predominantemente mulheres e as suas vozes não terem ainda de ser ouvidas nesse debate.

A legislação actual, se for passada e enaltecida como é, podia contribuir precisamente para esse resultado. O Fórum da terra, a coligação/união das ONGs Angolanas, persuadiram o governo em 2002 para colocar de lado o rascunho/a versão controversa do Projecto-Lei de terra e engajar-se nas consultas extensivas. Mas, na sua mensagem de Ano Novo de 2003, o Presidente dos Santos, ordenou uma paragem a esse processo, dizendo que o rascunho/a versão existente devia ser encaminhado diante do parlamento sem mais emendas. A posse privada deve ser codificada,

mas não a custo de pequenos fazendeiros/agricultores, conforme alega o Fórum e deve permitir a posse comunitária nas áreas rurais onde isso seja realidade. Mais consultação podia resultar de uma forma acordada adiante/posteriormente, envolvendo todos os principais accionistas/detentores de terras em Angola. Na sua reunião de 5 de Fevereiro de 2003, convocou-se para uma discussão de continuidade sobre o projecto-lei em rascunho, as comunidades e outros grupos interessados; para a lei reconhecer a comunidade rural, em de reconhecer apenas as pessoas singulares, como entidade legal capaz de assegurar o título de terra; para uma definição clara do conceito de comunidade rural,; para a definição da natureza de título de terra do estado; e para a criação de mecanismo regulatório para a lei em si, uma vez que seja aprovada. Além disso, os Estados Unidos têm vindo a apoiar activamente o governo Angolano na criação de um sistema compreensivo do título de terra.

CONCLUSÃO

A paz sustentável e a recuperação pós-guerra não virão tão rapidamente para Angola e os processos que levam ao progresso serão dificilmente encontrados. A realidade clama por uma estratégia de engajamento/envolvimento internacional a longo prazo. A sociedade civil deve ser liberalmente apoiada para aumentar a prestação de contas e se ataquem as questões/os assuntos de reconciliação; o governo deve ser envolvido e pressionado a distribuir os bens/produtos humanitários fundamentais que eles prometeram, bem como as progressivas reformas políticas que os funcionários/membros dizem que querem realizar. O embaixador Paul Hare, antigo enviado Especial dos Estados Unidos para Angola , concluiu, “*O povo importante deve ser sempre ‘Qual é a linha de tendência geral?’ Angola está a avançar, todavia, vagarosamente, com movimentos sem padrão, nem plano e de maneira incremental, ou está estagnada no status quo*”?

Agora num quebra-cabeça, o governo precisa de converter a sua riqueza de petróleo na redução de pobreza. Aqueles com influência em Angola – quer sejam doadores ou companhias petrolíferas – podem jogar um papel positivo em influenciar o compromisso para a reforma e o desenvolvimento das áreas que estejam mais necessitadas em termos de assistência. O calmo envolvimento e a parceria, são mais eficazes, especialmente quando existe esforço focalizado em questões específicas. Mas, quando surgiram os engarrafamentos, o governo reagiu claramente – embora amargamente – à pressão pública externa, particularmente se for focalizada e coordenada. O grande desejo do governo para uma conferência de países doadores em 2003, oferece uma influência atempada significativa. Contudo, a falta de confiança expressa por uma série de países doadores em relação à capacidade do governo Angolano (ou mesmo sem interesse/vontade) para canalizar os fundos/financiamentos para aqueles que estão necessitados, implica que eles prefiram confiar/encarregar a ajuda humanitária Angolana às Nações Unidas.

O governo Angolano constitui quase um caso único em África em preocupar-se pouco se as agências de ajuda individual permanecem ou partem/regressam e ainda tem que interiorizar a importância estratégica da edificação de apoio doméstico mediante o fornecimento de serviços humanos básicos. A prática da reciprocidade entre os governantes e os governados está a nascer, em parte, devido ao legado da experiência colonial e da Guerra Fria. Isto precisa de mudar, ou as sementes da instabilidade futura podem ser plantadas nas áreas onde os habitantes apercebem-se de maneira mais acentuada como estando a ser marginalizados, particularmente na antigo quartel general da UNITA no Planalto. Assim, o desenvolvimento agrícola constitui uma

prioridade em garantir a segurança alimentar da população, especialmente, aqueles que habitam nas áreas mais arriscadas. Isto não pode ser alcançado sem a reconstrução de infraestruturas, a remoção de minas e a reconstrução de estradas e pontes.

Todavia, Existem novos factores prometedores que sugerem que o governo deve certamente estar a rever as suas prioridades. O governo está altamente sensível em relação à sua imagem internacional por uma série de razões. O governo acha-se finalmente como livre em assumir o seu lugar certo nas categorias/fases Africanas e mundiais. “*Existe um sentido de excepcionalismo Angolano*”, observou um analista de há longo prazo. “*Eles julgam-se como influenciadores regionais, tendo-se envolvido nos dois Congos, na Guiné Equatorial, em São Tomé e na Costa do Marfim*”. As novas responsabilidades regionais e internacionais do governo no Conselho de Segurança das Nações Unidas, no Comité de Desenvolvimento da África austral (SADC) e na União Africana, moldarão a sua estratégia de envolvimento. Ao mesmo tempo, o Presidente dos Santos por muitas responsabilidades está altamente interessado em proteger e expandir o seu legado, que vai requerer mais liberalização doméstica robusta. As próximas eleições focalizarão altamente a atenção sobre o ambiente político. Essas novas atitudes e oportunidades criam um novo ambiente para a coordenação entre as agências de ajuda humanitária, o governo Angolano e as organizações da sociedade civil.

Depois de muita guerra, muitas áreas devem ser priorizadas se a paz estiver para ser consolidada. O governo não consegue fazer tudo, mas deve fazer muito mais do que está a fazer agora. A sociedade civil deve continuar a organizar e a estabelecer redes, mas deve também procurar formas de contribuir concretamente na reconstrução e reconciliação nacionais. A UNITA e outros partidos políticos precisam de diversificar as suas bases, passar para as províncias e tornarem a sua contribuição para um diálogo nacional mais substanciado. O papel que uma UNITA reestruturada, outros partidos políticos e as organizações da sociedade civil podem jogar em pressionar o governo de Angola para se envolver num estilo de governo mais inclusivo torna-se crucial para o futuro imediato do país. As organizações internacionais e os outros governos devem realçar falhas, mas – é igualmente importante – apoiar as tendências positivas quando surgirem, diplomatica e financeiramente. É necessário que o governo reconheça que os materiais/as ferramentas são necessárias(os) enquanto se tem em conta que os protagonistas centrais sejam os governos e as organizações locais, prestando-se mais atenção às comunidades fora de Luanda, como as do Bié e Huambo, edificando a capacidade humana e institucional dentro dessas áreas.